

SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de
dezembro de 2025



SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	8

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	10
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	11
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	11
5. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS.....	13
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
7. INVESTIMENTO TEMPORÁRIO	14
8. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	14
9. IMOBILIZADO	15
10. INTANGÍVEL	16
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS	17
12. FORNECEDORES	18
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	18
14. CONTINGÊNCIAS.....	19
15. DIVIDENDOS DECLARADOS	20
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
18. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	22
19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	23
20. PARTES RELACIONADAS.....	23
21. RISCOS REGULATÓRIOS E AMBIENTAIS	24
22. SEGUROS.....	25
23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	25



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores,
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por meio da Resolução Normativa nº933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos atenção para a Nota 3 das demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base da elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.



SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

Outros assuntos - Apresentação das demonstrações financeiras societárias

A SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, sem ressalvas, com data de 12 de março de 2026.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 6, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis regulatórias de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 6 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis regulatórias de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 2024 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam



SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Assinado por: Bruno Guedes Monteiro-1056965733
CPF: 1005965733
Data/Hora da Assinatura: 24 de abril de 2026 | 17:39 BRT
C: BR
O: KCP-Brazil, OU: Certificado Digital PF A1
E: Emisor AC SingularID Malpica
e5929195a-0376141c

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 23.791.563/0001-40

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024 (reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.663	3.241
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	3.514	2.975
Partes relacionadas	20	354	-
Impostos e contribuições a recuperar		102	112
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		16	-
Adiantamento a fornecedores		68	-
Despesas antecipadas		172	10
Outros créditos a receber		14	113
Total do circulante		11.903	6.451
Não circulante			
Investimento temporário	7	3.656	3.273
Depósitos judiciais	11	12.783	11.624
Imobilizado	9	95.263	102.211
Intangível	10	24.887	13.342
Total do não circulante		136.589	130.450
Total do ativo		148.492	136.901
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	3.720	4.276
Empréstimos e financiamentos	13	6.283	5.861
Impostos e contribuições a recolher		140	722
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		377	-
Encargos setoriais		200	63
Dividendos declarados	15	3.468	5.471
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		408	436
Partes relacionadas	20	330	756
Total do circulante		14.926	17.585
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	113.365	114.026
Outras contas a pagar		12.783	11.624
Total do não circulante		126.148	125.650
Total dos passivos		141.074	143.235
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	42.475	42.475
Reserva legal	16 (b)	5.668	4.938
Reserva de deságio de investimento	16 (b)	681	681
Reserva de lucros a realizar	16 (b)	44.712	35.239
Proventos excedentes da contabilidade societária	16 (c)	(86.118)	(89.667)
Total do patrimônio líquido		7.418	(6.334)
Total do passivo e patrimônio líquido		148.492	136.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 23.791.563/0001-40

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Disponibilização do sistema de transmissão		33.766	30.669
Outras receitas		-	159
Receita bruta		33.766	30.828
PIS		(219)	(201)
COFINS		(1.013)	(925)
Tributos		(1.232)	(1.126)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(63)	(305)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(38)	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(118)	(114)
Outros encargos		(205)	-
Encargos do consumidor		(424)	(419)
Receita operacional líquida	17	32.110	29.283
Depreciação e amortização		(3.537)	(4.510)
Serviços de terceiros		(3.238)	(4.098)
Pessoal		(330)	(652)
Arrendamento e aluguéis		(228)	(101)
Despesas gerais e administrativas		(1.822)	(2.384)
Outras receitas (despesas) operacionais		(65)	(195)
Custos e despesas	18	(9.220)	(11.939)
Resultado da Atividade		22.890	17.344
Receitas financeiras		2.431	1.883
Despesas financeiras		(12.607)	(11.723)
Resultado financeiro	19	(10.176)	(9.840)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.714	7.504
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.039)	(1.778)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-
Imposto de renda e contribuição social	20	(2.039)	(1.778)
Lucro líquido do exercício		10.675	5.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 23.791.563/0001-40

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.675	5.726
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	10.675	5.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 23.791.563/0001-40

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de deságio de investimento	Reservas de lucros		Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Legal	Reserva de lucros a realizar				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		42.475	681	4.367	35.738	(72.359)	-	-	10.902
Ajustes de reapresentação		-	-	(581)	(11.043)	-	-	-	(11.624)
Saldo em 1 de dezembro de 2024 (reapresentado)		42.475	681	3.786	24.695	(72.359)	-	-	(722)
Realização da reserva de lucros	16 (b)	-	-	-	(5.867)	-	5.867	-	-
Pagamento de dividendos	15	-	-	-	-	-	(5.867)	-	(5.867)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	5.726	5.726
Reserva legal	16 (b)	-	-	1.152	-	-	-	(1.152)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	(5.471)	(5.471)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	16.411	-	-	(16.411)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	16 (c)	-	-	-	-	(17.308)	-	17.308	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		42.475	681	4.938	35.239	(89.667)	-	-	(6.334)
Realização da reserva de lucros	16 (b)	-	-	-	(929)	-	-	-	(929)
Ajuste de exercícios anteriores	16 (d)	-	-	-	-	-	-	7.474	7.474
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.675	10.675
Reserva legal	16 (b)	-	-	730	-	-	-	(730)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	(3.468)	(3.468)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	10.402	-	-	(10.402)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	16 (c)	-	-	-	-	3.549	-	(3.549)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		42.475	681	5.668	44.712	(86.118)	-	-	7.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 23.791.563/0001-40

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.714	7.504
Ajuste para:			
Encargos de dívidas, juros e custo de transação	13	11.394	11.694
Depreciação e amortização	18	3.537	4.698
		27.645	23.896
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		(539)	(394)
Impostos e contribuições a recuperar		10	125
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(16)	-
Despesas antecipadas		(162)	208
Adiantamento a fornecedores		(68)	-
Depósitos judiciais		-	(1.016)
Outros créditos a receber		258	32
Fornecedores		(556)	3.072
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		(28)	92
Adiantamento de clientes		-	(411)
Passivo de arrendamento		-	(49)
Impostos e contribuições a recolher		(582)	(329)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		(352)	-
Encargos setoriais		137	20
Partes relacionadas		(780)	756
		24.967	26.002
Caixa gerado nas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.310)	(1.223)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	13	(5.848)	(5.848)
		17.809	18.931
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		-	(3.545)
Aquisição de intangível		(819)	-
		(819)	(3.545)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Conta reserva		(383)	20
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(5.785)	(5.397)
Dividendos pagos	15	(6.400)	(10.000)
		(12.568)	(15.377)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento			
		4.422	9
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			
Varição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.241	3.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.663	3.241
		4.422	9
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (“Santa Maria” ou “Companhia” ou “Outorgada”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de outubro de 2015, está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, sendo controlada pela Verene Energia S.A. (“Verene”). A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 01/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que consiste:

- (a) Linha de Transmissão Santa Maria 3 - Santo Ângelo 2, em 230 kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 158 km, com origem na Subestação Santa Maria 3 e término na Subestação Santo Ângelo 2;
- (b) Reator de linha 230 kV trifásico (1 x 15 Mvar) na Subestação Santa Maria 3; e
- (c) Entradas de linha, conexão de reator, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia entrou em operação comercial em 03 de outubro de 2018, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão da Companhia são:

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
03/2016	30 anos	18/01/2046	32.188	30.563	IPCA

1.1. Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 03/2016 assinado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a Companhia, em 18 de janeiro de 2016, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O Contrato de Concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 18 de janeiro de 2046, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 03812/2023, com validade de 05 anos, até 21 de novembro de 2028.

1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (REH)	Índice de correção
2025-2026	32.188	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	30.563	nº 3.348, de 15 de julho de 2024	

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH nº 2.882 (vigente a partir de 1º de julho de 2021), que reajustou a RAP em 10,54%.

1.3. Reforma tributária

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

2. O setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Órgão Regulador”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o

combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 23 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2026.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

- **Em serviço**

Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado, é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

• Em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A outorga agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, os juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (ii) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) o montante dos juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (iv) os juros, variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a outorgada tem incluído parte dos custos suporte, que são os custos acessórios e auxiliares necessários para realização das obras, e alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias para as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculadas às atividades do projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização utilizadas pela Companhia, são com base no MCPSE.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de formação do intangível.

4.3. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data do balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas por “impairment” a serem reconhecidas no exercício apresentado.

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4.4. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

5. Reapresentação dos saldos comparativos

A Companhia é parte em um processo perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro, ao qual questiona a tributação do lucro diferido decorrente da receita de construção e atualização do ativo relativa aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, em razão da mudança de regime de apuração do IRPJ e CSLL. Com isso, o valor atualizado é de R\$ 11.624, e este foi contabilizado na rubrica de “outras contas a pagar”. Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Controladora da Companhia e sua antiga acionista Terna, previa o repasse deste valor.

Os fatos geradores são originados em exercícios anteriores e por isso a Administração concluiu pela necessidade da reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo de 2024 dado a relevância dos montantes envolvidos

Os reflexos desta reapresentação na Demonstração das mutações do patrimônio líquido, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

Balço patrimonial	2024		
	Apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Demais passivos circulantes não impactados	17.585	-	17.585
Não Circulante			
Demais passivos não circulantes não impactados	114.026	-	114.026
Outras contas a pagar (ii)	-	11.624	11.624
Patrimônio Líquido			
Capital social	42.475	-	42.475
Reserva legal (iii)	5.519	(581)	4.938
Reserva de deságio	681	-	681
Reserva de lucros (iv)	(43.385)	(11.043)	(54.428)
Total do passivo e patrimônio líquido	136.901	-	136.901

(i) refere-se ao reconhecimento do repasse à Terna, antiga acionista, do retorno do depósito judicial à Companhia conforme associado nos acordos societários;

(ii) refere-se ao impacto da reserva legal do ajuste de anos anteriores;

(iii) refere-se ao impacto líquido a ser reconhecido no patrimônio líquido referente ao repasse do retorno do depósito judicial à Terna.

Patrimônio líquido	2024		
	Apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Capital social	42.475	-	42.475
Reserva legal	5.519	(581)	4.938
Reserva de deságio	681	-	681
Reserva de lucros	(43.385)	(11.043)	(54.428)
Total do patrimônio líquido	5.290	(11.624)	(6.334)

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração Fluxo de Caixa	2024		
	Apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	18.931	-	18.931
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento	(3.545)	-	(3.545)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	(15.377)	-	(15.377)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9	-	9
Varição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.232	-	3.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.241	-	3.241
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9	-	9
Transações que não tiveram efeito caixa			
Outras contas a pagar	-	11.624	11.624

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.310	901
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	5.353	2.340
Total	7.663	3.241

- (a) Os CDB - Certificados de Depósitos Bancários, apresentam baixo risco de crédito e de mercado. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem desconto e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 98% a.a. do CDI (100% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Investimento temporário

	2025	2024
Conta reserva		
Conta reserva BNDES (a)	3.656	3.273
Total	3.656	3.273

- (a) A aplicação financeira - Conta reserva - BNDES se refere a investimento em fundo com lastro em títulos públicos de baixo risco. Esta conta reserva foi constituída devido à exigência contratual do Financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social ("BNDES"), onde a Companhia deve manter três vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, até a liquidação total da obrigação. Ver detalhes sobre o financiamento junto ao BNDES através da nota explicativa nº 13.

8. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	2.978	2.698
Saldos vencidos		
90 dias	9	76
de 91 a 180 dias	49	68
de 181 a 360 dias	89	21
acima de 361 dias	389	112
Total	3.514	2.975

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada em conformidade com os requisitos da IFRS 9, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações contábeis regulatórias do exercício. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

9. Imobilizado

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2025</u>
Imobilizado em Serviço (a):					
Administrativo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	337	-	-	(92)	245
Móveis e utensílios	16	-	-	(2)	14
Máquinas e equipamentos	238	-	-	(35)	203
Equipamento de informática	57	-	(1)	(48)	8
Softwares	43	-	(43)	-	-
	<u>691</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>	<u>(177)</u>	<u>470</u>
Transmissão:					
Edificações e obras	1.658	-	(869)	191	980
Máquinas e equipamentos	95.323	-	(6.097)	125	89.351
Móveis e utensílios	77	-	(125)	48	-
	<u>97.058</u>	<u>-</u>	<u>(7.091)</u>	<u>364</u>	<u>90.331</u>
Imobilizado em curso:					
Transmissão:					
Edificações e obras	3.288	-	-	-	3.288
Material de depósito	1.174	-	-	-	1.174
	<u>4.462</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.462</u>
Total imobilizado, líquido	<u>102.211</u>	<u>-</u>	<u>(7.135)</u>	<u>187</u>	<u>95.263</u>

- a) Em 2025, a Companhia realizou levantamento do ativo imobilizado, incluindo inventário físico, que resultou em ajustes positivos no montante de R\$ 7.474, lançados como ajustes de exercícios anteriores, com contrapartida no Patrimônio Líquido (lucros acumulados), conforme Nota 16(d).

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço:					
Administrativo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	507	(262)	245	337
Móveis e utensílios	10%	18	(4)	14	16
Máquinas e equipamentos	10%	349	(146)	203	238
Equipamento de informática	20%	202	(194)	8	57
Softwares	20%	-	-	-	43
		1.076	(606)	470	691
Transmissão:					
Edificações e obras	3,36%	1.253	(273)	980	1.658
Máquinas e equipamentos	2,85%	112.621	(23.270)	89.352	95.323
Móveis e utensílios	6,25%	-	-	-	77
		113.874	(23.543)	90.331	97.058
Imobilizado em curso:					
Transmissão:					
Edificações e obras		3.288	-	3.288	3.288
Material de depósito		1.174	-	1.174	1.174
		4.462	-	4.462	4.462
Total imobilizado		119.412	(24.148)	95.263	102.211

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	6,36%
Estrutura Geral	2,90%

10. Intangível

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	2024	Adições	Amortização	2025
Intangível em Serviço:				
Transmissão:				
Servidões	13.342	10.726	-	24.068
	13.342	10.726	-	24.068
Intangível em curso:				
Transmissão:				
Softwares	-	819	-	819
	-	819	-	819
Total intangível líquido	13.342	11.545	-	24.887

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2025		2024	
		Bruto	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em Serviço:					
Transmissão					
Servidões	-	24.068	-	24.068	13.342
		24.068	-	24.068	13.342
Intangível em curso:					
Transmissão					
Softwares	-	819	-	819	-
Total do ativo intangível		819	-	819	-
Total intangível		24.887	-	24.887	13.342

A rubrica de servidões refere-se aos valores desembolsados para a obtenção do direito de uso de terrenos de terceiros, necessários à implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão. Esses direitos são classificados como ativos vinculados à concessão, conforme as diretrizes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, que estabelece as práticas contábeis aplicáveis às concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Por se tratar de direitos que permanecem vigentes durante toda a concessão e que não possuem prazo de exaustão previamente definido, as servidões não são objeto de amortização.

(b) Composição das adições do intangível em curso

Adições do ativo intangível em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
Softwares	-	819	-	819
Total das adições	-	819	-	819

11. Depósitos judiciais

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária Declaratória nº 5023983-70.2020.4.02.5101 perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro para questionar a tributação da totalidade do lucro diferido decorrente da receita de construção e atualização do ativo relativa aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, em razão da mudança de regime de apuração do IRPJ e da CSLL.

Em 30 de abril de 2020, foram realizados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.093 referentes ao IRPJ e R\$ 2.194 referentes à CSLL, correspondentes aos valores historicamente devidos.

Esses depósitos são atualizados na taxa Selic e em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 12.783 (R\$ 11.624 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a constituição de um passivo de igual valor, R\$ 12.783, devido ao repasse para Terna na rubrica de outras contas a pagar, conforme previsto no contrato de Compra e Venda de Ações. Para melhor detalhamento veja nota explicativa 6.

Caso a Companhia venha a perder o processo, o pagamento do saldo dos impostos diferidos à UNIÃO é creditado e compensado nas apurações de impostos corrente futuras.

12. Fornecedores

	2025	2024
Materiais e serviços (a)	3.720	3.792
Adiantamento CCEE	-	484
Total	3.720	4.276

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão;

13. Empréstimos e Financiamentos

(a) Características

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento no montante total de R\$109.906 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES (Linha - FINEM), divididos em 2 (dois) subcréditos no valor de R\$54.953, dos quais a Companhia captou, parcialmente, o montante de R\$5.064 durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O financiamento é amortizável em 279 parcelas mensais e consecutivas a partir de 15 maio de 2019 e com vencimento final em 15 de julho de 2042.

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2025		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
BNDES	IPCA + 4,93% a.a.	Conta reserva + recebíveis + Ações	6.364	114.623	120.987
(-) Custo de captação			(81)	(1.258)	(1.339)
Total			6.283	113.365	119.648

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
BNDES	IPCA + 4,93% a.a.	Conta reserva + recebíveis + Ações	9.759	114.026	123.785
(-) Custo de captação			(3.898)	-	(3.898)
Total			5.861	114.026	119.887

(b) Movimentação

A movimentação do financiamento está demonstrada a seguir:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.496	113.942	119.438
Encargos	11.555		11.555
Transferências	(84)	84	-
Pagamento de principal	(5.397)	-	(5.397)
Pagamentos de juros	(5.848)	-	(5.848)
Custo de captação (a)	139	-	139
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.861	114.026	119.887
Encargos	11.338	-	11.338
Transferências	661	(661)	-
Pagamento de principal	(5.785)	-	(5.785)
Pagamentos de juros	(5.848)	-	(5.848)
Custo de captação (a)	56	-	56
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.283	113.365	119.648

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	2025
Circulante	6.283
2027	4.430
2028	4.709
2029	5.009
2030 em diante	100.475
Subtotal (não circulante)	114.623
(-) Custo de captação (Não circulante)	(1.258)
Total de empréstimos	119.648

(d) Cláusulas restritivas – Covenants

O financiamento possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certas garantias e índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Penhor de 100% das ações da Companhia;
- (ii) Recebíveis de concessão;
- (iii) Conta reserva equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato (vide nova explicativa nº 7).
- (iv) ICSD mínimo de 1,3x, mensurado pelo resultado da geração de caixa sobre o serviço da dívida, com base nas demonstrações contábeis regulatórias;

Covenants BNDESICSD (EBITDA ajustado / Serviço da Dívida) - Companhia: $\geq 1,3$ **BNDES**

2,16

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente quanto às obrigações contratuais estabelecidas no contrato de financiamento.

14. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais. As provisões para eventuais perdas, quando aplicável, decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Após avaliação a Companhia entendeu não ser necessária a constituição de provisão referente aos processos em andamento, visto que não há probabilidade de perda provável.

Existem contingências cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível. Sendo as principais informações listadas abaixo:

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Possíveis	2025	2024
Cível	1.143	1.143
Tributária	12.629	8.287
Total	13.722	9.430

(a) Cível

Para as contingências de natureza cível, classificadas como possível, não é aplicável a constituição de provisão, sendo no montante de R\$ 1.085 e R\$ 58, referente a 17 (dezessete) processos de servidão administrativa, e ao processo indenizatório por dano material, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(b) Tributária

As contingências fiscais nas quais a Companhia é parte, classificadas com probabilidade de perda possível, apresentam o montante de R\$ 12.629 (R\$ 8.287 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foi constituída provisão, referente aos processos nº 5023791-40.2020.4.02.5101 e 5023983-70.2020.4.02.5101.

15. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Lucros acumulados do exercício (societário)	-	8.888
Lucro líquido do exercício (societário)	14.600	14.146
(-) Reserva legal (i)	(730)	(1.152)
Lucro líquido ajustado	13.870	21.882
Dividendos mínimos obrigatórios	3.468	5.471
Dividendos adicionais propostos	929	5.867
Pagamento de dividendos	(929)	(5.867)
Total dividendos mínimos e adicionais do exercício	3.468	5.471

(i) O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal".

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.133
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no exercício	(4.133)
Constituição de dividendos adicionais	5.867
Pagamento de dividendos adicionais	(5.867)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	5.471
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.471
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no exercício	(5.471)
Constituição de dividendos adicionais	929
Pagamento de dividendos adicionais	(929)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	3.468
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.468

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 42.475, representado por 42.475 ações ordinárias de R\$ 1,00 (um real) cada.

(b) Reservas

	Nota	2025	2024 (representado)
Reserva legal	i.	5.668	4.938
Reserva de lucros a realizar	ii.	44.712	35.239
Reserva de deságio de investimento	iii.	681	681
Total		51.061	40.858

i. Reserva legal

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O valor destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 730 (1.152 em 31 de dezembro de 2024).

ii. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio de destinação de uma parcela do lucro líquido societário do exercício, decorrente por exemplo da adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada.

Em 08 de dezembro de 2025, por meio da Assembleia geral extraordinária (AGE), foi deliberado o pagamento de dividendos adicionais propostos a partir da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 929.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 44.712 (R\$ 35.239 em 31 de dezembro de 2024). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

	2025	2024 (representado)
Saldo inicial	35.239	24.695
Constituição	10.402	16.411
Realização - pagamento dividendos adicionais	(929)	(5.867)
Saldo final	44.712	35.239

iii. Reserva de deságio de investimento

A reserva de deságio de investimento no montante de R\$ 681, foi contabilizada pela empresa Aletheia Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., sendo esta incorporada pela Companhia em 26 de junho de 2017. Com isto, a Companhia realizou o reconhecimento desta reserva.

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (*Prática Contábeis Geralmente Aceitas*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintos, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

(d) Ajustes de exercícios anteriores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado o levantamento do imobilizado da Companhia, assim como inventário físico, resultando em ajustes positivos de R\$ 7.474, registrado como “ajuste de exercícios anteriores” a débito de lucros acumulados.

17. Receita operacional líquida

	2025	2024
Disponibilização da linha de transmissão	33.766	30.669
Outras receitas	-	159
Receita bruta	33.766	30.828
PIS/COFINS corrente	(1.232)	(1.126)
Encargos do consumidor (a)	(424)	(419)
Deduções da receita	(1.656)	(1.545)
Receita operacional líquida	32.110	29.283

(a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

18. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Custos operacionais (a)	(7.398)	(9.556)
Despesas operacionais (b)	(1.822)	(2.384)
Total	(9.220)	(11.939)

(a) Custos operacionais

	2025	2024
Pessoal	(330)	(652)
Serviços de terceiros (i)	(3.238)	(4.098)
Depreciação e amortização	(3.537)	(4.510)
Arrendamento e aluguéis	(228)	(101)
Outras despesas operacionais	(65)	(195)
Total	(7.398)	(9.556)

(i) A variação observada refere-se substancialmente aos serviços de meio ambiente, tais como reposição florestal e resgate de sítios arqueológicos que ocorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b) Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Pessoal	(882)	(1.540)
Serviços de terceiros	(592)	(315)
Seguros	(6)	-
Depreciações e amortizações	(177)	(188)
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(165)	(341)
Total	(1.822)	(2.384)

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de aplicações financeiras	1.240	733
Outras receitas financeiras	1.191	1.150
Receitas financeiras	2.431	1.883
Encargos da dívida	(11.338)	(11.555)
Outras despesas financeiras	(1.269)	(167)
Despesas financeiras	(12.607)	(11.722)
Resultado financeiro	(10.176)	(9.839)

20. Partes relacionadas**(a) Contas a receber**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Partes relacionadas - a receber (i)		
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	79	-
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.	37	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	95	-
SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.	38	-
Belém Transmissora de Energia S.A.	105	-
Total	354	-

(b) Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Partes relacionadas - a pagar (i)		
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	252	682
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.	30	74
Verene Energia S.A.	48	-
Total	330	756

(i) A transação entre partes relacionadas demonstrada acima refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura devidamente rateados.

(c) Dividendos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Verene Energia S.A. (i)	3.468	5.471

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

(d) Remuneração da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, registrada na rubrica de despesas gerais e administrativas, que contempla a diretoria executiva, totalizou R\$ 1.082 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 681 em 31 de dezembro de 2024), sendo correspondente a salários e benefícios variáveis.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

21. Riscos regulatórios e ambientais

a) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

b) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- i. Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.
- ii. Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

c) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

22. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	50.000
Risco Operacional (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	160.000
Directors and Officers (i)	28/07/2025 a 28/01/2027	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas do Grupo Verene, do qual a Companhia faz parte.

23. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

A Companhia elabora suas demonstrações financeiras societárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a regulamentação societária vigente. Para atendimento às exigências específicas do setor, a Companhia também prepara demonstrações contábeis regulatórias de acordo com os critérios definidos pelo Órgão Regulador, nos termos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Tendo em vista que os normativos societário e regulatório possuem abordagens distintas quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de determinados ativos, passivos, receitas e despesas, surgem diferenças relevantes entre os dois conjuntos de demonstrações. Assim, a reconciliação entre as bases societária e regulatória é apresentada de forma a evidenciar, de maneira transparente e compreensível, os ajustes necessários para converter as informações preparadas segundo as práticas contábeis societárias para aquelas requeridas pelo Órgão Regulador.

As tabelas e descrições a seguir detalham a natureza dos principais ajustes realizados, bem como suas respectivas justificativas, permitindo ao usuário das demonstrações compreender plenamente os impactos decorrentes das diferenças entre os critérios contábeis aplicáveis.

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco patrimonial

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		7.663	-	7.663	3.241		3.241
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		3.514	-	3.514	2.975		2.975
Partes relacionadas		354	-	354	-		-
Ativos de contrato	(i)	-	28.162	28.162	-	26.380	26.380
Impostos e contribuições a recuperar		102	-	102	112		112
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		16	-	16	-		-
Adiantamento a fornecedores		68	-	68	-		-
Despesas antecipadas		172	-	172	10		10
Outros créditos a receber		14	-	14	113		113
Total do circulante		11.903	28.162	40.065	6.451	26.380	32.831
Não circulante							
Investimentos temporários		3.656	-	3.656	3.273	-	3.273
Ativos de contrato	(i)	-	197.979	197.979	-	198.276	198.276
Depósitos judiciais		12.783	-	12.783	11.624	-	11.624
Imobilizado		95.263	(94.793)	470	102.211	(101.520)	691
Intangível	(iii)	24.887	(24.887)	-	13.342	(13.342)	-
Total do não circulante		136.589	78.299	214.888	130.450	83.414	213.864
Total do ativo		148.492	106.461	254.953	136.901	109.794	246.695

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		3.720	-	3.720	3.792	-	3.792
Empréstimos e financiamentos		6.283	-	6.283	5.861	-	5.861
Impostos e contribuições a recolher		140	-	140	722	-	722
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		377	-	377	-	-	-
Encargos setoriais		200	-	200	63	-	63
Adiantamento de clientes		-	-	-	484	-	484
Dividendos declarados		3.468	-	3.468	5.471	-	5.471
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		408	-	408	436	-	436
Partes relacionadas		330	-	330	756	-	756
Total do circulante		14.926	-	14.926	17.585	-	17.585
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		113.365	-	113.365	114.026	-	114.026
PIS e COFINS diferidos	(iv)	-	8.254	8.254	-	8.200	8.200
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(iv)	-	12.089	12.089	-	11.927	11.927
Outras contas a pagar		12.783	-	12.783	-	-	-
Total do não circulante		126.148	20.343	146.491	114.026	20.127	134.153
Total dos passivos		141.074	20.343	161.417	131.611	20.127	151.738
Patrimônio líquido							
Capital social		42.475	-	42.475	42.475	-	42.475
Reserva legal		5.668	-	5.668	5.519	-	5.519
Reserva de deságio de investimento		681	-	681	681	-	681
Reserva de lucros a realizar		44.712	-	44.712	46.282	-	46.282
Proventos excedentes da contabilidade societária	(v)	(86.118)	86.118	-	(89.667)	89.667	-
Total do patrimônio líquido		7.418	86.118	93.536	5.290	89.667	94.957
Total do passivo e patrimônio líquido		148.492	106.461	254.953	136.901	109.794	246.695

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		33.766	(33.766)	-	30.669	(30.669)	-
Remuneração de ativos de contrato		-	29.927	29.927	-	33.959	33.959
Receita de operação e manutenção		-	5.323	5.323	-	4.611	4.611
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP		-	-	-	159	1	160
Receita bruta		33.766	1.484	35.250	30.828	7.902	38.730
PIS corrente e diferido		(219)	(10)	(229)	(201)	(51)	(252)
COFINS corrente e diferido		(1.013)	(44)	(1.057)	(925)	(238)	(1.163)
Tributos		(1.232)	(54)	(1.286)	(1.126)	(289)	(1.415)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(63)	-	(63)	(305)	-	(305)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(38)	-	(38)	-	-	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(118)	-	(118)	(114)	-	(114)
Outros encargos		(205)	-	(205)	-	-	-
Encargos do consumidor		(424)	-	(424)	(419)	-	(419)
Receita operacional líquida	(vi)	32.110	1.430	33.540	29.283	7.613	36.896
Depreciação e amortização		(3.537)	3.537	-	(4.510)	4.510	-
Serviços de terceiros		(3.238)	(820)	(4.058)	(4.098)	(3.481)	(7.579)
Pessoal		(330)	-	(330)	(652)	-	(652)
Arrendamento e aluguéis		(228)	-	(228)	(101)	-	(101)
Outras despesas operacionais		(65)	(60)	(125)	(195)	195	-
Despesas gerais e administrativas		(1.822)	-	(1.822)	(2.384)	-	(2.384)
Custos e despesas	(vii)	(9.220)	2.657	(6.563)	(11.940)	1.224	(10.716)
Resultado da atividade		22.890	4.087	26.977	17.343	8.837	26.180
Receitas financeiras		2.431	-	2.431	1.883	-	1.883
Despesas financeiras		(12.607)	-	(12.607)	(11.722)	-	(11.722)
Resultado financeiro		(10.176)	-	(10.176)	(9.839)	-	(9.839)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.714	4.087	16.801	7.504	8.837	16.341
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.039)	-	(2.039)	(1.778)	(417)	(2.195)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	(162)	(162)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(iv)	(2.039)	(162)	(2.201)	(1.778)	(417)	(2.195)
Lucro líquido do exercício	(viii)	10.675	3.925	14.600	5.726	8.420	14.146

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir estão detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 226.141 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 224.656 em 31 de dezembro de 2024), apresentado na linha de ativo de contrato na conciliação entre as bases regulatória e societária, refere-se às diferenças decorrentes da aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente exclusivamente nas demonstrações financeiras societárias.

Nas demonstrações societárias, a Companhia adota o CPC 47 e a OCPC 05 para o reconhecimento das receitas associadas às concessões de transmissão. Nesse contexto, os investimentos realizados durante a fase de construção são registrados como ativo contratual, correspondente ao direito à contraprestação pelos bens e serviços transferidos ao cliente, sendo mensurados ao valor justo e incluindo custos de empréstimos capitalizados. Após a disponibilização da infraestrutura, o ativo contratual é reclassificado para ativo intangível, e a receita anual permitida é apropriada de forma segregada entre a remuneração dos investimentos e a receita de operação e manutenção.

Para fins regulatórios, conforme diretrizes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os investimentos realizados na construção das instalações de transmissão são registrados integralmente como ativo imobilizado, não sendo aplicados os critérios de reconhecimento e mensuração definidos pelo CPC 47. Em razão desse tratamento, os efeitos societários relativos ao CPC 47 não são refletidos nas demonstrações contábeis regulatórias, o que inclui a eliminação dos respectivos impactos fiscais diferidos (IR, CSLL, PIS e COFINS), quando aplicáveis.

(ii) Imobilizado - transmissão

Para fins regulatórios, em conformidade com o MCSE, todos os investimentos relacionados à construção das linhas de transmissão são reconhecidos como ativo imobilizado. Em razão dessa premissa, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram integralmente excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os respectivos impactos fiscais. Nas demonstrações financeiras societárias, entretanto, em decorrência da adoção do CPC 47, o ativo imobilizado da Companhia passou a ser classificado como ativo de contrato, conforme descrito na nota de ajuste (i).

As premissas aplicáveis ao reconhecimento do ativo imobilizado regulatório são:

- assegurar que tais ativos não sejam impactados pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), uma vez que, para fins regulatórios, prevalece o tratamento estabelecido no MCSE; e
- garantir que os ativos sejam registrados pelos valores homologados pela ANEEL, os quais constituem a base regulatória utilizada para fins de remuneração e definição das tarifas.

(iii) Intangível - transmissão

O ajuste de R\$ 24.887 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.342 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizado e indenizável, de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1).

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis:

- Os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente de acordo com a vida útil estimada do software; e
- Faixas de servidão referem-se a direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

(iv) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos fiscais diferidos relacionados ao PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que, segundo os critérios do MCSE, o tratamento regulatório não gera diferenças temporárias que demandem o reconhecimento de tributos diferidos. Dessa forma, a apuração dos referidos tributos, no âmbito regulatório, reflete exclusivamente os valores e premissas definidos pela ANEEL, não resultando na constituição de ativos ou passivos fiscais diferidos.

- **Tributos sobre o lucro**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (societário)	(2.201)	(2.195)
Efeitos fiscais sobre:		
Ativo contratual - CPC 47	162	417
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>(2.039)</u></u>	<u><u>(1.778)</u></u>

(v) Patrimônio líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos conforme contabilidade societária	93.536	94.957
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(86.118)	(89.667)
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u><u>7.418</u></u>	<u><u>(5.290)</u></u>

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

(vi) Receita operacional líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

(viii) Resultado societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos conforme contabilidade societária	14.600	14.146
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	(3.925)	(8.420)
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>10.675</u>	<u>5.726</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Diretoria

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora Financeira

Djamila Muniz de Carvalho
Contadora
CRC RJ 125.608/O

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 6A038AD5-A5F9-4800-9E7B-72C33F6C7D10
 Assunto: Complete com o Docusign: SM Relatorio e DCR Exame 2025.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: CCI - Carta de Controles Internos
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 33
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Fernanda Bezerra
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 fernanda.bezerra@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.159.65

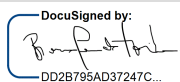
Rastreamento de registros

Status: Original 24 de abril de 2026 17:37	Portador: Fernanda Bezerra fernanda.bezerra@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 24 de abril de 2026 17:39	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Bruno Monteiro
 bruno.monteiro@pwc.com
 Sócio
 PwC BR
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital
Detalhes do provedor de assinatura:
 Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
 Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 24 de abril de 2026 | 17:38
 Visualizado: 24 de abril de 2026 | 17:39
 Assinado: 24 de abril de 2026 | 17:39

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
<p>Fernanda Bezerra fernanda.bezerra@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 24 de abril de 2026 17:39 Visualizado: 24 de abril de 2026 17:39 Assinado: 24 de abril de 2026 17:39</p>

<p>Magda Araujo magda.araujo@pwc.com Assistente II PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 24 de abril de 2026 17:38 Visualizado: 24 de abril de 2026 17:50</p>
--	----------------	--

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de abril de 2026 17:38
Entrega certificada	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:39
Assinatura concluída	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:39
Concluído	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:39

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------